

ASMOB - MARIA - BRASILEIRA - MARÇO - 1979 - Nº 1

EM. a 553

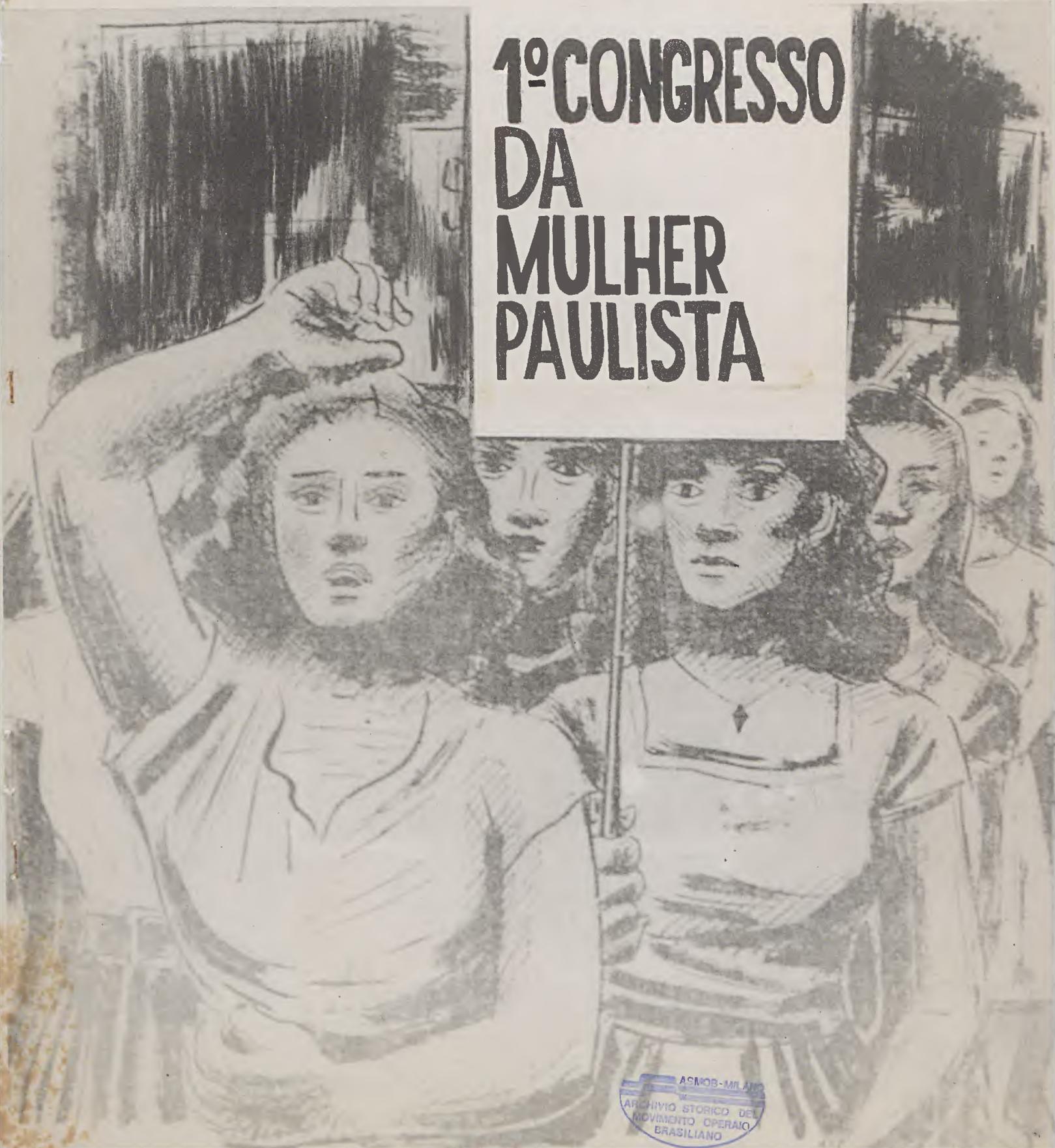
Maria Brasileira

Ano 1 . Nº 1 . março/1979

MILANO
DEL
MAIO

ÓRGÃO OFICIAL DO CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DA MULHER BRASILEIRA - SETOR SÃO PAULO

1º CONGRESSO DA MULHER PAULISTA



ASMOB-MILANO
ARCHIVIO STORICO DEL
MOVIMENTO OPERAIO
BRASILIANO



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MULHERES BRASILEIRAS
CEDEM

As mulheres brasileiras, como tantas outras no mundo, querem a felicidade. Uma vida menos sacrificada, de justiça, igualdade e bem-estar.

E qual é a nossa situação?

Nas fábricas, assim como o homem, a operária trabalha mais que oito horas por dia, num total desconforto, construindo a riqueza da Nação. Viaja de madrugada em conduções superlotadas alimentando-se mal e trabalha sempre com a "cabeça quente" pensando na casa, na família, nos problemas por resolver. Chegando em casa, depois do serviço, espera-a um novo turno de trabalho. Preparar a comida, lavar roupa, arrumar a casa para dali a umas poucas horas começar tudo de novo.

As operárias, estão novamente se unindo para reivindicar seus principais direitos: melhores salários, salário igual ao do homem para a mesma função, creche na empresa ou no bairro em que moram, estabilidade de emprego para a mulher grávida, condições de amamentar seu filho durante os seis primeiros meses, garantia de emprego para as casadas, melhores condições de trabalho, direito à greve, autonomia sindical, etc. Elas demonstraram sua força e união no Congresso das Metalúrgicas, das trabalhadoras em Industrias Químicas, nos Encontros da Frente Nacional de Trabalho, nas últimas greves em que lado a lado com os homens, conquistaram melhorias para a sua categoria.

A dona-de-casa é aquela que muitas vezes durante toda uma vida, lava, passa, arruma e cuida dos filhos, trabalho esse que não é reconhecido pela sociedade. Essa tarefa, no entanto, que permite que seu marido tenha condições de enfrentar o trabalho a cada novo dia e que no futuro seus filhos o possam substituir. E quem ganha com isso?. A empresa do em que seu companheiro trabalha e que paga apenas um salário para duas pessoas. Se não fosse a dona-de-casa, esse único salário não seria suficiente para vestir sua família, comprar eletrodomésticos que facilitariam sua função dentro da casa etc. Cansadas de tudo isso, as donas-de-cas de vários pontos da cidade, estão se unindo e se organizando, nas Associações de Bairro, Paróquias e suas próprias entidades, na luta por melhores condições de vida para todo o povo brasileiro.

As professoras, enfermeiras, balconistas, empregadas domésticas, etc, também estão aí tentando equilibrar as peças da casa, porque, enquanto o custo de vida sobe feito um rojão, os salários já não pagam aquilo que se comprava há alguns meses atrás. Moram em bairros distantes, enfrentando conduções precárias, alimentando-se mal, lutando para se vestir e estudar.

Estas mulheres, demonstraram sua energia e capacidade, na luta por melhores oportunidades e estabilidade no emprego, e por melhores salários, no movimento dos professores, dos funcionários de vários hospitais, no movimento estudantil, etc.

Na roça a mulher vive ainda em piores condições; trabalhando de sol a sol, sem saber o que é calçado, escola ou médico, morando em casas miseráveis, a maior parte do ano sustentando os filhos sozinha, enquanto seu companheiro trabalha nas colheitas em outras cidades; às vezes ele nem volta mais. Mas ela também vem corajosamente enfrentar muitas vezes a pior violência ao lado dos homens, quando lhe ameaçam tirar sua casa ou a terra em que vive com seus filhos.

Os últimos acontecimentos nacionais provaram, portanto, que nós mulheres estamos cada vez mais dispostas a usar nosso tempo e coragem na luta pela solução de nossos problemas, que também são os problemas de todo o povo brasileiro.

É precisamente neste momento que surge o "MARIA BRASILEIRA" órgão de divulgação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira - setor São Paulo.

Nestas páginas você vai conhecer os problemas, os direitos, as lutas e conquistas de mulheres de vários pontos da cidade. Vai encontrar, sempre uma experiência de coragem e de esperança, de companheiras que enfrentando as mesmas dificuldades de todas nós, se uniram e organizaram, lutaram e venceram.

Esperamos contribuir para que cada vez mais "MARIAS BRASILEIRAS" organizem ao lado de seus companheiros, naqueles setores que se dispõem a lutar por melhores condições de vida, de trabalho e pela democracia.

Mesmo que pequenas, nossas vitórias serão a prova de que somos capazes de semear e colher um dia os frutos que serão divididos por todos nós mulheres e homens.

nossa entidade

Em 1975 realiza-se no México a Conferência Mundial do Ano Internacional da Mulher.

No Brasil, também em 75, surgem novas organizações femininas, entre as quais o - Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira-setor SP.

Como surgiu o CDMB?

Em março de 1975, realizou-se o "1º Encontro da Comunidade para debater problemas do Povo de São Paulo".

Ao final desse encontro propôs-se comemorar o "Ano Internacional da Mulher". Um grupo de mulheres, ali presentes representando os mais diversos setores sociais e profissionais, começou a pensar na organização do "1º Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista".

Esse primeiro encontro, realizou-se na Câmara Municipal de São Paulo, e teve como principal objetivo procurar conhecer as condições de vida, problemas de saúde e educação, as condições de trabalho e habitação e tantos outros problemas que a mulher brasileira enfrenta e no caso a mulher paulista.

O Centro surge, então, desses debates.

Nossa proposta:

Voltada à defesa dos interesses da mulher nossa entidade entende que a verdadeira igualdade, é uma igualdade dentro de uma emancipação comum, a de mulheres e homens brasileiros.

Sendo assim, acreditamos que nós mulheres, não podemos ficar alheias aos demais setores que lutam pelo cumprimento das verdadeiras aspirações da população.

Pretendemos retomar a trajetória daquelas mulheres que nos precederam nessa luta. Nossos avanços são fruto de suas conquistas.

Nossos objetivos estatutários:

- o conhecimento e a divulgação da condição da mulher brasileira em geral, em particular, da mulher de São Paulo;

- contribuir para uma participação cada vez maior das mulheres brasileiras no desenvolvimento econômico, político, social e cultural do nosso País;

- Promover e solidarizar-se com todas as iniciativas que venham ao encontro dos objetivos e finalidades do Centro".

→ Nossas reuniões são realizadas todas as 4º feiras às 20:00 horas em nossa sede à Rua 24 de Maio 188 sala 134.

CONGRESSO

Hoje é amplamente conhecido que o atual regime político que governa a Nação se caracteriza pelo firme propósito de afastar o povo brasileiro de toda e qualquer influência na tomada de decisões.

O fim dessa filosofia de governo depende essencialmente da mobilização, organização e união das forças democráticas e populares que deverão buscar formas mais adequadas de manifestarem suas reivindicações - nos bairros, nos locais de trabalho, nos sindicatos, etc.

O Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira - setor São Paulo - entidade voltada à defesa dos interesses da mulher, acredita desde sua fundação em 1975, que o contingente feminino - metade da população brasileira - não pode ficar alheio ao esforço daqueles setores da população que se posicionam pela Anistia, pelas Liberdades Democráticas, pela autonomia e liberdade sindical, pelo respeito aos Direitos Humanos, pela ampla participação popular pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte - como condições básicas para a construção de uma sociedade justa onde todos tenham direitos a salários dignos

à moradia, a saúde e alimentação adequadas, a participação política, enfim a falar ser ouvido e a atendido - onde estejam garantidos os direitos da mulher.

Foi nesse sentido que encaminhamos toda a programação de nossa entidade desde o seu aparecimento. Procuramos no decorrer desses 3 anos que passaram, discutir com as mulheres, temas fundamentais que contribuissem para mobilizá-las para as questões que afligem a elas e a todo o povo brasileiro.

No 8 de março passado, quando da comemoração do Dia Internacional da Mulher, nós do CDMB junto com os demais grupos de mulheres organizadas demonstramos nossa firme posição em nos unirmos àquelas que estão empenhadas na luta pelas Liberdades Democráticas" através de um Documento unitário que levantava nossas reivindicações comuns.

Acreditamos, e essa é nossa proposta para o 1º Congresso de Mulheres Paulistas é que as bandeiras levantadas no citado documento sejam, por ordem de prioridade, integradas às lutas concretas dos mais variados setores sociais, tendo como principal objetivo, a unidade e a organização das forças opositoristas, para que lado a lado com os homens, consigamos avançar rumo a democratização do Brasil.



creches

Quem faz parte daquelas famílias em que trabalha a mulher, o marido e frequentemente os filhos mais velhos, sabe que o problema das creches vai ter que ser resolvido!

O que fazer com os filhos de 0 a 6 anos? Quem toma conta deles durante o período em que o pai e a mãe saem para trabalhar?

A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) define em seu artigo 389 §1, como obrigação das empresas onde trabalham 30 mulheres ou mais, com idade superior a 16 anos, a manutenção de "local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação" (0 a 6 meses). Quanto ao atendimento das crianças após este período a lei não determina nenhuma obrigatoriedade às empresas.

Existem apenas poucas mulheres que trabalham em empresas (operárias, enfermeiras, balconistas etc.). Essas mulheres, as únicas que são protegidas pela lei, apenas o são durante o período de amamentação de seu filho. Em seguida elas se somam às restantes, na luta por uma vaga em creche gratuita ou de baixa mensalidade.

E como anda a situação das vagas nas Creches e Parques Infantis públicos na nossa cidade?

Temos 117 Parques Infantis da Prefeitura, oferecendo mais ou menos 34.000 vagas para crianças de 3 a 6 anos. A maioria deles se localiza nos bairros centrais da cidade. A maioria das vagas porém não são para o período integral e portanto não resolve o problema da mulher que trabalha fora.

Ainda em São Paulo existem Escolas da prefeitura que implantaram o sistema de atendimento às crianças de 3 a 6 anos - o PLANEDI. É destinado aos irmãos menores, daqueles que lá frequentam o 1º Grau. Utilizam os pátios cobertos, salas ou auditórios áreas livres, alimentação preparada na cozinha das escolas, etc...

Esse modelo também não resolve o problema da mulher trabalhadora, porque as crianças só ficam poucas horas na escola, além de exigir que as mães façam um rodízio e ajudem as professoras a cuidar das crianças. (o PLANEDI contrata apenas 1 professora para cada 120 crianças).

Isto obriga portanto, as mães que trabalham fora, e que se utilizam desse serviço, a faltar no emprego algumas vezes por mes.

Restam os Centros Infantis da COBES (ex-Secretaria do Bem Estar Social) da Prefeitura.

Atendem crianças de 0 a 6 anos, provenientes de famílias que vivem de renda mensal de até 4 salários mínimos. Funcionam em regime de semi-internato.

Existem 103 Centros Infantis, também chamados de "creches". Oferecem vagas para 9.103 crianças.

Para cada 100 crianças, filhas de mães que trabalham e recebem salários baixos, apenas 1(uma) consegue se matricular.

E qual é a situação dessas creches? Quais são as perspectivas de construção de mais creches?

A COBES mantém 3 tipos de creches:

1) aquelas que são administradas diretamente pela Prefeitura. São

construídas, equipadas e administradas pela própria Prefeitura.

São em número de 4 (quatro).

Desde 1972, não se construiu mais nenhuma.

O custo mensal de cada criança para a Prefeitura é de aproximadamente Cr\$ 1.200,00. (valor padrão)

2) aquelas que são administradas indiretamente. São construídas e equipadas pela Prefeitura, e administradas por entidades particulares em convênio com a Prefeitura.

O convênio funciona da seguinte maneira:

a Prefeitura paga 50% (metade) do valor padrão (Cr\$ 1.200,00) portanto aproximadamente Cr\$ 600,00, para 70% das crianças que frequentam a creche.

Isto quer dizer que a entidade particular arca com os gastos e despesas integrais de 30% do total de crianças, e metade do custo por cabeça, das crianças restantes.

A maioria das entidades que assumem essas creches, tem uma boa estrutura financeira.

Nos últimos 6 anos, foram construídas poucas Creches Indiretas. Existem apenas 20.

Somente as 24 creches (diretas + indiretas) possuem berçários para as crianças de 0 a 2 anos.

Entre 1970 e 1972, foi a época em que a Prefeitura mais deu atenção ao problema das creches. Um grande avanço foi dado então. Desde então porém, as verbas propostas pela ex-SEBES e atual COBES, para a ampliação e construção de Centros Infantis, têm sido violentamente cortadas.

Os planos de atenção às Creches, têm sido sempre considerados como secundários e supérfluos nos orçamentos plurianuais dos últimos Prefeitos.

O resultado disso é que nos últimos anos, a Prefeitura tem dado preferência aos convênios com Creches Particulares, o que sai bem mais em conta para o poder público.

3) nestas, o prédio, os equipamentos e a administração ficam a cargo das entidades particulares que rece-

bem da prefeitura apenas acesso técnica e apoio financeiro, nos mesmos moldes das creches indiretas.

São 78 as creches particulares.

Poucas possuem berçário. Funcionam mais em locais distantes onde não há creches diretas nem entidades de melhor estrutura financeira que pudessem assumir a administração dos prédios que por ventura a Prefeitura viesse a construir.

E o que acontece então?

As associações de bairro-religiosas ou não, sentindo a pressão e a necessidade das famílias trabalhadoras de encontrar uma solução para a guarda de seus filhos pequenos, acabam assumindo o peso maior dessa responsabilidade que não deveria ser sua.

Essas entidades são em sua grande maioria, constituídas de trabalhadores, moradores do bairro e que portanto não têm recursos financeiros para construir prédios, colocarem e equipamentos adequados nem tampouco contratar pessoal qualificado para cuidar das crianças.

Essas creches acabam sendo OBRIGADAS a funcionar em locais impróprios e a verba do convênio (metade do valor padrão para 70% das crianças) tem que cobrir todas as despesas da creche.

Em outras palavras, a COBES, por falta de maior apoio financeiro e de leis que regulamentem essa questão, tanto da parte dos órgãos decisórios da Prefeitura, como no âmbito estadual e federal, acabou partindo para a já tão famosa filosofia de governo melhor pouco do que nada!

E isso tudo às custas de uma terrível sobrecarga para as entidades cuja função natural, na maioria dos casos, seria a de contribuir no encaminhamento das reivindicações do bairro, na organização da vida associativa local. E resta-lhes ainda a frustração de não poder dar o atendimento que gostariam, às crianças.

Mas nós perguntamos:

É essa a melhor solução para a família trabalhadora que já ganha salários aviltantes e que ainda por cima acaba tendo até que pagar por um



serviço muito inferior ao que tem direito?

DIREITO? Sim, porque se a injusta distribuição de renda em nosso país, obriga hoje milhares de mulheres e crianças a sair de casa para trabalhar, o mínimo que o Poder Público tem que assumir é dar garantias para aqueles que já vivem esta situação.

Tem que garantir um apoio integral às creches já em funcionamento.

Propomos no 1º Congresso da Mulher / Paulista:

.que seja criado um Movimento Revindicativo de Creches, constituído de todas as entidades e pessoas interessadas, a partir de um programa mínimo de ação, a ser definido e aprovado durante o Congresso.

os verdadeiros riscos

O programa de planejamento familiar (prevenção de gravidez de alto risco), que começou a ser implantado pelo governo a partir do segundo semestre de 1977, pretende diminuir a mortalidade materno/infantil.

No nosso entender, uma mulher deve antes de conceber, conhecer os riscos de uma gestação e os riscos do uso de anticoncepcionais. Para isso é importante ela saber como está sua saúde. É necessário que toda mulher tenha garantias para o processo de reprodução. Essas garantias se iniciam na infância (nutrição e vacinas) continuam na adolescência, na idade adulta, no período de gestação, pós gestação e no processo entre as gestações.

A nossa realidade porém, mostra que os mais simples exames de sangue como os de anemia, não são feitos. Os exames que verificam a existência de verminose e sífilis, também não são feitos. Das mulheres no Brasil, mais da metade (54,5%), fazem somente de zero a cinco consultas do pré-natal, sendo que, na maioria dos casos no segundo semestre de gestação, quando os problemas se tornam mais graves as vezes sem solução. O número indispensável de consultas no pré-natal é onze, porém 70% das gestantes não chegam a fazer 7 consultas. Não apenas isso: 18% das mulheres, não fazem ne-

nhuma consulta no pré-natal; 25% não tem qualquer direito à assistência médica. Os partos atendidos por médicos bem como o internamento, também não estão garantidos: 25% das gestantes esperam já com dores, vagas em várias maternidades, até serem finalmente atendidas. Esses dados, foram retirados de pesquisa que o CDMB-SP realizou em 1975 sobre gravidez de alto risco.

Porque realmente morrem nossas mulheres que engravidam?

Na gestação 70%, morrem de eclâmpsia. No parto, 41,7% morrem deemorragia. Na dieta, 40,6% morrem devido a infecções. Esses dados seriam outros se o privilégio de ter os riscos da gravidez controlados, não fossem reservados a uma minoria. O processo de reprodução exige que ao engravidar a mulher tenha garantias de assistência médica, consultas periódicas, o que sabemos que não ocorre.

O uso de pílulas, para mulheres que já estão sujeitas realmente a riscos, fará com que tenham outros a correr. As mulheres cardíacas, diabéticas, hipertensas, que tem riscos ao engravidar, terão ainda maior risco ao tomar pílula.

Informações sobre métodos anticoncepcionais seriam divulgadas conforme o Programa de Planejamento familiar, através de uma vasta campanha de educação sanitária. Perguntamos: que alcance terá essa campanha, se 30% das mulheres brasileiras não foram alfabetizadas, e essa proporção sem dúvida, se concentra na população de baixa renda?

O programa de atendimento a saúde materna/infantil pretende acompanhar as gestantes durante o pré-natal, pós-parto e aos seus filhos. Perguntamos: não é a desnutrição a maior agressora da gestante podendo levar a uma gravidez de alto risco? Não seriam a diarreia, o sarampo e a desnutrição as principais causas de mortalidade infantil?

Em relação ao atendimento durante o pré-natal e o pós-parto, estudos constataam que parte considerável dos trabalhadores não conta com os benefícios da previdência social. Com relação às mulheres trabalhadoras esse dado aumenta bastante porque grande

parte é empregada doméstica, (32%) . Perguntamos: de que vale um atendimento mais cuidadoso durante a gestação e no período de pós-parto, se logo em seguida essa mulher e toda a sua família fica novamente sujeita ao desamparo em termos de atendimento à saúde?

É possível que a campanha governamental tenha influência sobre aqueles casais que se vêem impossibilitados de criar com dignidade seus filhos.

Mesmo tal ocorrendo, não cremos que os graves problemas de desnutrição, evasão escolar, insuficiência de serviços públicos, começariam a ser aliviados, porque a dimensão da pobreza não é dada pelo ritmo da reprodução da classe trabalhadora mas pelo estágio de desenvolvimento econômico e pela distribuição de renda no País.

Que seja dada às mulheres o conhecimento das vantagens e desvantagens do uso de anticoncepcionais com acompanhamento médico, e que as mulheres tenham acesso a saúde e garantias ao processo de reprodução pois somente com medidas que iniciam na infância é que evitamos os riscos de todo o processo.

anistia

A mulher brasileira tem sido presença constante nas lutas do nosso povo, trazendo a sua colaboração sempre na forma das suas mais sentidas reivindicações. Nos momentos mais decisivos da vida nacional, ela se colocou atuante nas lutas da Independência, da Abolição e da República.

Mais recentemente, dentro do período republicano a mulher desenvolve um esforço pela afirmação de sua cidadania, com uma persistência e uma tenacidade que lhe custou onze anos consecutivos de difusão e organização pelo direito do voto, como passo decisivo para um esforço contínuo em prol da igualdade de direitos no seio da sociedade.

A partir daí a mulher jamais abandonou a perspectiva de ampliação da participação como ser atuante em todos os aspectos da evolução da vi-

da nacional. O mais ligeiro retrospecto da nossa história vai encontrar a mulher presente onde se fez necessária sua capacidade de interpretação do momento vivido para transformá-lo em trabalho atuante e fecundo.

Preocupada ao lado dos trabalhadores na solução dos problemas que afligem a maioria do nosso povo, a mulher sempre trouxe para o contexto dos grandes temas sociais e políticos do País as questões que lhe deixou como herança a permanência de um desenvolvimento social injusto e desumano.

Dentro dessa trajetória vamos encontra-la na vanguarda de luta por um estado de direito democrático em nosso País, derrotado pelo advento do Estado Novo, que quase levou a Nação a um envolvimento com as forças do fascismo na Segunda Guerra Mundial. Envolvimento este impedido pela participação do povo no momento mais agudo do conflito, quando se fazia necessário que o Brasil se colocasse ao lado das forças aliadas para que vencido o fascismo no mundo, viesse a ser facilitado em nossa pátria um período de liberdades que teve o seu desdobramento a partir da década de quarenta.

O período compreendido entre 1945 e 1964, mesmo com todos os seus atentados às liberdades fundamentais foi um espaço onde o povo brasileiro lutou por se tornar agente da sua história e onde a mulher escreveu grandes feitos ao deixando inclusive suas mártires e suas heroínas, forjando um grande exemplo de dedicação e de coragem, onde não faltou a presença da mulher operária e das trabalhadoras do campo.

As memoráveis campanhas de apoio à Força Expedicionária, passando pelas comemorações da vitória contra o fascismo, transformaram-se nos movimentos organizados pela Anistia. Anistia que uma vez conseguida fez retornar à vida política do País autênticos líderes dos trabalhadores e os intelectuais preocupados com o rumo do desenvolvimento do País.

Neste contexto a mulher teve participação diante das bandeiras gerais lutando sempre para que suas necessidades específicas fossem incorporadas

fazendo crescer as suas organizações

É como fruto desta participação consciente, wue no momento em que se faz necessário sair da noite longa e escura em que nos meteu o regime de arbítrio, contra o qual todo o povo se levanta, quando a barreira do medo das torturas, das cassações, dos banimentos, dos desaparecimentos e assassinatos, que a tradição de luta faz surgir o Movimento Feminino pela Anistia, que levantando novamente esta bandeira, encontra a mulher sem vacilação e sem cansaço, lutando, como em 45, certas de que a história é feita de avanços e recuos mas nunca de desfalecimentos.

É ainda com a afirmação de sua responsabilidade, e assumida como participante em maior escala no esforço de produção, que hoje a mulher consciente da sua potencialidade, reclama maior participação na vida política do País. E esta participação, no momento, se traduz na luta por Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, pressuposto de um clima de efetivo estado de direito democrático. Único clima para o prosseguimento da luta que não só apagará os resíduos de patriarcalismo de que tanto se recente a mulher, como acima de tudo libertará todo o povo.

Em novembro do ano passado, contando com participação, de entidades e pessoas do Brasil inteiro e de vários países, realizou-se o Congresso Nacional pela Anistia.

Foi proposto por um grupo de entidades femininas ali presentes:

"um levantamento de todas as mulheres brasileiras atingidas pela repressão, lutando pelas Liberdades Democráticas;"

"Uma campanha de verdadeira comemoração do Ano Internacional da Criança, com a denúncia de todas as violências e arbitrariedades cometidas contra menores;"

"denúncia dos problemas que cercam as crianças impossibilitadas de possuir um registro de nacionalidade e as crianças atingidas, juntamente com seus pais, pelos órgãos de repressão;"

"uma campanha específica de assistência às presas políticas"

Considerando que a brutalidade

policial contra a população brasileira tem como objetivo a intimidação, a comissão de mulheres também propôs que os atos de repressão, em geral, sejam denunciados através de:

"levantamento de casos de violência em locais de trabalho;"

"levantamento de mulheres que sofreram violência pessoal;"

"levantamento de menores presos, torturados e mortos pela repressão."

Para que estes objetivos se concretizem, propomos que seja discutido no congresso uma forma de criar bases de apoio para a campanha de Anistia, nos bairros, nos locais de trabalho, nos sindicatos, nas igrejas, em toda parte.



ano internacional da criança

Ter filhos é o desejo de quase todas as mulheres; dar a eles aquilo que muitas vezes nos foi negado: FELICIDADE, CARINHO, MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA. É a confiança de podermos conquistar um mundo melhor!

A dura realidade que temos de enfrentar no Brasil é a de que nossos filhos estão passando necessida-

des: falta leite, carne, verduras e frutas no prato; não há creches, parques e vagas nas escolas; estão morrendo sem conforto; estão abandonando as escolas antes do tempo para procurar trabalho; trabalhando feito adultos para ajudar no sustento da casa; morrendo sem assistência médica, de diarreia, sarampo, doenças infecciosas.

Surge agora uma grande oportunidade para juntos denunciarmos essa situação que nos angustia e reivindicarmos soluções urgentes.

Toda criança tem o direito de ser alegre e feliz!

Nós do CDMB, enquanto mulheres, mães, parte da sociedade vamos lutar por ele.

Iremos nos bairros onde estamos atuando, discutir os problemas que afligem nossas crianças.

Nos uniremos às 66 entidades / que assim como nós, por não tolerarem esta situação, estão se propondo

a, numa ação conjunta, lutar para / conquistar soluções concretas para todas as nossas reivindicações - das mais simples às mais complicadas e demoradas.

Assim começa neste Ano Internacional, nossa homenagem às crianças / de São Paulo.

Temos certeza de que voce, assim como nós, deseja ver nossas crianças nascerem, crescerem e se desenvolverem de forma saudável, dentro de um clima de liberdade, de justiça e de paz.

Vamos trabalhar juntas!

Convidamos a todas as entidades presentes ao 1º Congresso da Mulher Paulista, para que participem do lançamento da comemoração não-oficial do Ano Internacional / da Criança, dia 10 de março, às 20,00 no TUCA (rua Monte Alegre, 984)

SEXUALIDADE

Nos últimos tempos se fala cada vez mais no assunto "sexualidade da mulher". É um espaço que se abre, para que nós do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, procuremos tratar de uma forma consequente esta polêmica questão

A forma inicial de contrubirmos para essa discussão, é a seção sobre o assunto que publicaremos periodicamente em / nosso boletim.

Se é fato que o desenvolvimento dos métodos anticoncepcionais permitiu que as mulheres decidam se querem ter filhos e quando engravidar, dan-

do a elas maior liberdade neste aspecto de sua vida, PERGUNTAMOS: quais e quantas são as mulheres que, neste país, têm acesso aos anticoncepcionais, dentro de um completo programa de atendimento médico? Quantas mulheres podem falar de / uma sexualidade mais livre?

No nosso entender, não se pode falar em sexualidade, sem mencionar o caráter determinante das condições materiais e culturais na vida do casal: salário, moradia, condições de trabalho, de saúde, de educação, etc.

Foi com esta preocupação que entrevistamos a Dra. Walderez Bittencourt, que há dezoito anos trabalha no setor / de Psiquiatria no Hospital das Clínicas de São Paulo. Esteve também em nossa sede o Dr. Haruo Okawara, que tratou sobre o comportamento sexual da mulher.

Eis alguns aspectos por eles abordados:

"É diferente, por exemplo, a sexualidade daquelas mulheres que dormem vestidas numa cama, junto com marido e filhos"

(...)"Existem milhares de mulheres e homens que nunca têm relações sexuais sem roupa, porque dormem na presença dos filhos! Não há liberdade para carícias, conversas, ruídos"(...)

(...)"Há mulheres cujo maior desejo é que o médico ginecologista, "cure" sua frigidez, por ter medo de perder o companheiro que as sustentam"(...)"

(...)"A maioria das mulheres / que procura a terapia sexual (tratamento para os problemas / sexuais) não vem aqui porque acredita que tem DIREITO a uma vida sexual que lhe dê prazer! Assim como não acha que é seu DIREITO ter casa, comida, emprego, educação, participação... Como em relação ao resto, elas rejeitam a vida sexual que não lhes agrada, mas não se mobilizam para reivindicar algo mais justo"(...)

(...)"Ela vêm à procura de uma "receita" que impeça seu marido de sair de casa. O problema da sobrevivência para ela é mais / grave do que a sua insatisfação sexual"(...)

(...)"Quando ela percebe que o tratamento vai mexer demais com seus sentimentos, como por exemplo, lhe trazer lembranças dos filhos pequenos que já morreram dos partos e dietas sem cuidados médicos"(...)"

(...)"Quando ela se lembra que nunca, ou há anos, ela e o mari

do não se sentam para conversar de seus sentimentos, do seu relacionamento enquanto casal, / por falta de tempo ou até de hábito"(...)"

(...)"Quando ela pensa no seu dia a dia, o companheiro chegando em casa, morto de cansado do trabalho, tendo que discutir com ela os assuntos da / casa por resolver, e no meio da noite aquela relação sexual rápida, que não a satisfaz"

(...)"Essa mulher manifesta / muitas vezes o desejo de abandonar o tratamento"(...)"

Estes são apenas alguns / problemas ligados à sexualidade da grande maioria das mulheres brasileiras.

São mulheres e homens cuja vida sentimental e sexual é diariamente violentada e anulada.

A transformação desta dura realidade somente vai se / dar, quando unidos lutarem também, por melhores condições materiais de vida.

BALANÇO DE ATIVIDADES

O Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira vem concretizando / seus objetivos através dos seguintes grupos de trabalho:

COMISSÃO DE CRECHES

Nossa entidade recebeu uma verba da Fundação Carlos Chagas, para / fazer uma pesquisa sobre a situação das Creches no município de São Paulo.



Até agora realizou-se um levantamento minucioso sobre a legislação e os órgãos públicos que em S. Paulo/ têm responsabilidade quanto à guarda das crianças de 0 a 6 anos.

Para março está prevista a aplicação de um questionário nas creches para verificar as condições de atendimento prestado às crianças.

Se voce estiver interessada em fazer parte da pesquisa procure-nos com urgência! A reunião para a discussão final do Questionário e contato com os interessados em aplicá-lo será no dia 10 de março, às 10,00 horas da manhã em nossa sede.

COMISSÃO DE ESTUDOS E DOCUMENTAÇÃO

Preocupadas com a recuperação / da história sobre a participação das mulheres nos movimentos sociais do Brasil, formou-se no CDMB, um grupo/ que tem se dedicado à compilação desses dados.

Esse material será lançado em / publicações, atualmente em fase de organização.

Muita coisa está aí para ser / pesquisada e contada. O grupo está aberto para a sua participação!

COMISSÃO DE PERIFERIA

Com o objetivo de contribuir / para que, cada vez mais mulheres se mobilizem e se organizem nas suas entidades e nos nossos núcleos, o CDMB vem desenvolvendo intensa atividade/ em bairros da Capital.

Nesse sentido foram realizados/ vários ciclos de debates, sobre a "Saude da Mulher", "Saude da Família" "A Participação da Mulher nas Eleições", "A Questão das Creches", etc... na Vila Brasilina, Água Funda, Vila Carrão, Jardim Peri, Vila Dionísia, etc...

Estamos colaborando na formação de grupos de teatro amador, como é o caso do Jardim Peri.

Temos atuado junto aos Departamentos Femininos das entidades de / bairro, através de nossos núcleos, organizando programação e atividades conjuntas.

Todo este trabalho será minucio

samente relatado nos próximos boletins, na "página do meio".

Acompanhe nosso trabalho e venha participar!

COMISSÃO DE PALESTRAS E DEBATES

Tentando atender aos nossos / mais variados interesses, essa Comissão tem promovido mesas redondas, seminários e palestras, dentro e fora/ de nossa sede.

Alguns seminários já realizados contaram com grande participação e foram muito proveitosos:

.seminário, sobre o depoimento de Domitila de Chungara, sobre a sua participação no Comitê das Donas de Casa, na Bolívia (coordenado por Regina Stella Pires)

.debate sobre o "Planejamento / Familiar" (Dra. Albertina Duarte)

.palestra sobre "Sexualidade / da Mulher" (Dr. Haruo Okawara)

.seminário sobre a "História / da participação da mulher nos movimentos sociais do Brasil" (coordenado por Maria do Carmo Alves de Lima)

.seminário sobre a "Anistia no Brasil" (Maria Augusta de Oliveira)

.debate sobre a "Questão das Creches" (Marise Egger, Vera Raucci)

COMISSÃO DE SAUDE

Trata-se de uma das primeiras e mais atuantes comissões do CDMB.

Destacamos, dentre os trabalhos já realizados, a pesquisa sobre saúde materna, levada a efeito em São / Paulo, Sorocaba e Piracicaba, cujo / objetivo foi levantar em maior profundidade as condições de saúde das mulheres em São Paulo. Estes dados / subsidiam hoje, nosso posicionamento em relação ao Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco.

A comissão tem se empenhado na divulgação desses dados, através de palestras nos bairros, participação em Congressos e Ciclos de Conferências em vários Estados; tem também / assessorado outras entidades ligadas à área de saúde, no que diz respeito à saúde da mulher.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA

NA FAVELA
ORDEN E PROGRESSO
AS MARGENS DO
POLUÍDO TIETE...



TK COM UMA SEMANA QUE TEU PAI NUN APARECE. FICO MAGINANDO O QUE HOUVE COM ELE. AQUI NESTE FIM DE MUNDO A GENTE NUNCA SABE O QUE ACONTECE. SERÁ QUE TÁ PRESO? SERÁ QUE FOI DO ARMADE? E A GENTE NUN TEM NADA PRA DOTAR NA BOCA...

É O JEITO...
NEU PIÓ, CUIDADO...



QUER QUEU VÁ PERCURAR ELE, MÃE?

NUM TEM DINHEIRO PRO ONIBUS, NÃO, MÃE?

TEM NÃO, COMO VOCE VAI FAZER?

TE VIRO!
BENÇA, MÃE

A CRIANÇA DEVE GOZAR DOS BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. TERÁ DIREITO A CRESCER E DESENVOLVER-SE EM BOA SAÚDE, COM ESTE FIM SERÃO PROPORCIONADOS, TANTO A ELA COMO A SUA MÃE, CUIDADOS ESPECIAIS INCLUSIVE ATENÇÃO PRÉ E PÓS NATAL. A CRIANÇA TERÁ DIREITO A DESFRUTAR DE ALIMENTAÇÃO, NUTRIÇÃO, RECREAÇÃO E ASSISTÊNCIA MÉDICA ADEQUADAS.

PARÁGRAFO 2 DA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, APROVADO PELA ONU EM NOVEMBRO DE 1959



EU! SEU POR AI, NÃO!

A CRIANÇA, PARA O PLENO E HARMONIOSO DESENVOLVIMENTO DE SUA PERSONALIDADE, NECESSITA AMOR E COMPREENSÃO. SEMPRE QUE SEJA POSSÍVEL, DEVERÁ CRESCER AO AMPARO E SOB A RESPONSABILIDADE DE SEUS PAIS E, EM TODO CASO, EM UM AMBIENTE DE AFETO DE SEGURANÇA MORAL E MATERIAL; SALVO CIRCUNSTÂNCIAS EXCEPCIONAIS NÃO DEVERÁ SEPARAR-SE A CRIANÇA DE SUA MÃE. A SOCIEDADE E AS AUTORIDADES PÚBLICAS TERÃO A OBRIGAÇÃO DE CUIDAR ESPECIALMENTE DAS CRIANÇAS SEM FAMÍLIA OU QUE CARECAM DE MEIOS ADEQUADOS DE SUBSISTÊNCIA. PARA A MANUTENÇÃO DOS FILHOS DE FAMÍLIAS NUMEROSAS, CONVENIEM CONCEDER SUBSÍDIOS ESTATAIS OU DE OUTRA INDOLE.

PARÁGRAFO 6



VOCE TEM ONDE DORMIR?

EU NÃO! VOU ARRANJAR UNS JORNAIS E FICO POR AQUI, O PIOR É QUE TÔ COM FOME.

EU TAMBÉM



PARÁGRAFO 7

A CRIANÇA TEM DIREITO DE RECEBER EDUCAÇÃO GRATUITA E OBRIGATORIA, PELO MENOS NAS ETAPAS ELEMENTARES. DEVERÁ LHE SER DADA UMA EDUCAÇÃO QUE FAVOREÇA SUA CULTURA GERAL E LHE PERMITA, EM CONDIÇÕES DE IGUALDADE DE OPORTUNIDADES, DESENVOLVER SUAS ATIVIDADES E SEU JUZO INDIVIDUAL SEU SENTIDO DE RESPONSABILIDADE MORAL E SOCIAL, E CHEGAR A SER UM MEMBRO ÚTIL À SOCIEDADE.



A CRIANÇA DEVE SER PROTEGIDA CONTRA TODA FORMA DE ABANDONO, CRUELADEZ E EXPLOTAÇÃO. NÃO SERÁ OBJETO DE NENHUM TIPO DE TRANSAÇÃO. NÃO DEVERÁ PERMITIR A CRIANÇA TRABALHAR ANTES DA IDADE MÍNIMA ADEQUADA; EM NENHUM CASO SERÁ LEVADA OU SER-LHE-Á PERMITIDO EMPENHAR-SE EM QUALQUER OCUPAÇÃO OU EMPREGO QUE LHE PREJUDIQUE A SAÚDE OU A EDUCAÇÃO, OU QUE LHE IMPEÇA O DESENVOLVIMENTO FÍSICO, MENTAL E/OU MORAL.

PARÁGRAFO 9



A CRIANÇA DEVE SER PROTEGIDA CONTRA AS PRÁTICAS QUE POSSAM FOMENTAR A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, RELIGIOSA OU DE QUALQUER OUTRA ÍNDOLE. DEVE SER EDUCADA NUM ESPÍRITO DE COMPREENSÃO, TOLERÂNCIA, AMIZADE ENTRE OS POVOS, PAZ E FRATERNIDADE UNIVERSAL, E COM PLENA CONSCIÊNCIA DE QUE DEVE CONSAGRAR SUAS ENERGIAS E ATIVIDADES AO SERVIÇO DE SEUS SEMELHANTES.



A ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS APROVOU, EM NOVEMBRO DE 1959 A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, FAZENDO UM APELO AOS PAÍSES AUTORIZADOS, GOVERNOS NACIONAIS E CIDADÃOS EM GERAL PARA QUE RECONHEÇAM ESSSES DIREITOS E SE EMPENHEM NO SEU CUMPRIMENTO O BRASIL, ENTRE OUTROS PAÍSES, ASSINOU ESTA DECLARAÇÃO COMPROMETENDO-SE, PORTANTO, A ZELAR PELA OBIEDIÊNCIA DESTES PRINCÍPIOS.

